

CRISE NO SISTEMA DE SAÚDE

Solução imediata está nas mãos do ministro Mercadante e a definitiva no Congresso Nacional



Possibilidade de ter o atendimento da GEAP suspenso causa desespero aos aposentados do MEC que procuraram o ministério para receber informações sobre planos privados

O Sindsep-DF continua cobrando do ministro da Educação Aloizio Mercadante a renovação do convênio com a Fundação de Seguridade Social (GEAP), pois o Acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não foi publicado e a situação caracteriza uma emergência, face ao risco de morte de diversos servidores e seus familiares com a interrupção da assistência médica.

O ministro Mecadate ainda não renovou o convênio com a GEAP alegando que depende de uma improvável autorização do Tribunal de Contas da União (TCU), que mais uma vez adiou o julgamento do pedido do MEC para a quarta-feira (17/04). É importante ressaltar que não é competência do TCU tomar decisões administrativas, o que compete ao próprio

ministério.

Mesmo a GEAP tendo garantido o atendimento até a decisão do TCU, a situação causa muito transtorno aos servidores e aposentados do Ministério da Educação (MEC). Alguns aposentados desesperados têm procurado o Ministério para se informar sobre os serviços das prestadoras privadas, mas tem esbarrado no alto custo. Vale lembrar que os servidores são responsáveis pelo custeio de mais de 75% do valor do plano de saúde.

O problema também tem tirado o sono da servidora Martha Marilene de Freitas Sousa, que ingressou no órgão em 1994. Ela teve câncer de mama em 2010 e desde então vem sendo acompanhada por uma equipe médica especializada. (Veja o seu drama pessoal no verso).

Planos privados são inacessíveis

De fato, o valor dos planos de saúde privados é, em muitos casos, inacessível para a maioria dos servidores do Executivo Federal. Um servidor do PGPE de nível médio, por exemplo, que tem Vencimento Básico de R\$ 1.923,11 e recebe R\$ 172,00 de auxílio-saúde, não pode arcar com planos que dependendo da idade e dos serviços, podem variar entre R\$ 256,00 a R\$ 1.925,47. Veja o exemplo abaixo. Numa simulação para servidor com faixa etária entre 54 a 58 migrar para a Unimed, o valor final do plano ficaria em R\$ 586,60, já descontada a contrapartida do governo, de R\$ 109,02. Neste caso, sem direito a nenhum dependente.

FUNDAMENTO LEGAL		PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE APOSENTADORIA		GRUPO	CARGO	CLASSE	REF/ADINQUEL
TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR				
R	VENCIMENTO BÁSICO		1.923,11				
	AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO		442,31				
	FGRT-FUNC. GRATIFICADA L. 8216/91		304,00				
	GRAT. DESEMP. FUNÇÃO-GAOF. LD. 13		158,27				
	AUXÍLIO-TRANSPORTE		262,74				
	VPNT-ART. 62-A LEI 8.112/90 - AT		113,38				
	ABONO DE PERMANÊNCIA-EG-41/03		173,74				
	GDGPE - LEI 11.784/2008-AT		410,64				
	GDGPE - LEI 11.784/2008-AT		955,20				
	PER. CAPITA - SAÚDE SUPLEMENTAR		238,80				
			172,00				
D	SIND. SERV. PUB. FED/DF-MENSALID		41,64				
	SABEMI-SEG. - PREVIDÊNCIA		21,22				
	GEAP- PLANO SAÚDE - MENSALIDADE		360,00				
	COOPINAGRI - MENSALIDADE		32,00				
	FAMÍLIA-BAND. PREV. PREVIDEN.		4,95				
	SOC. CAX-MUT. SOC.-PREVIDENCIA		5,21				
	SABEMI-SEG. - EMPRESTIMO	047	5,75				
	BANCO-BMG - EMPRESTIMO	027	189,35				
	BANCO PANAMERICANO-EMPRESTIMO	037	127,21				
	BANCO PANAMERICANO-EMPRESTIMO	013	23,04				
	BANCO PANAMERICANO-EMPRESTIMO	057	91,00				
	BANCO CRUZEIRO DO SUL-EMPRES	048	161,00				
	BANCO MATONE - EMPRESTIMO	037	52,30				
	BANCO BMC - EMPRESTIMO	078	176,29				
	BANCO BMC - EMPRESTIMO	028	190,00				
	BANCO BGN - EMPRESTIMO	059	24,97				
	BANCO VOTORANTIM-EMPRESTIMO	015	44,10				
	GEAP - PLANO SAÚDE SUPLEMENTAR	053	39,68				
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		172,00				
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		410,64				
			338,22				

BASE DE CÁLCULO DO FETO	DEPÓSITO FOM	VALOR BRUTO	VALOR DESCONTO
*****	*****	*****5.154,19	*****2.587,65

BASE DE CÁLCULO DO L	MARGEM-CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM-CONSIGNÁVEL 70%	LIGEN
*****4.121,79	*****1,00	*****7.907,91	*****2.586,54

VA A ESCOLA. CONVERSE COM OS PROFESSORES. COMPAREÇA AS REUNIOES, DE SUA OPINIAO, SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE.

Servidora relata drama com risco da GEAP

Tive câncer de mama em 2010 e desde então venho sendo acompanhada por uma equipe médica especializada. Já realizei alguns procedimentos como mastectomia, quimioterapia, radioterapia e no momento faço hormonioterapia e também exames regularmente. Todos esses procedimentos fiz pelo plano da GEAP, que tem me atendido prontamente.

O meu receio é de que, além de não continuar sendo atendida pela mesma equipe médica e as mesmas clínicas, o que no meu entendimento é essencial para que o tratamento seja realizado com sucesso, os planos privados oferecidos não cubram o necessário. O Plano SulAmérica, por exemplo, já me informou que há dois anos de carência para doenças pré-existentes.

Ora, devido a gravidade do que tenho, é óbvio que não posso esperar esse tempo para ser atendida. O custo do plano privado é alto e em alguns casos não é adequado ou é inferior ao que me é oferecido hoje.

Não dá para ficar ansiosa e insegura na espera de que seja feito o melhor possível para o servidor. Esse é um tempo que não posso esperar.

Martha Marilene de Freitas Sousa,
funcionária do MEC desde 1994

Saída para os planos de autogestão

É por esta razão que o Sindsep-DF tem entre suas bandeiras de luta, aprovadas no 15º Congresso da entidade, em dezembro de 2012, defende a recuperação da GEAP e demais planos de autogestão como política de recursos humanos do governo em favor da saúde do servidor.

Neste sentido, o sindicato decidiu trabalhar no Congresso Nacional pela aprovação de projeto de lei de autoria da deputada Érika Kokay (PT/DF) para que seja alterada a legislação vigente visando a permitir aos órgãos federais celebrar convênios com a GEAP e outros planos de saúde de autogestão.

